

Secretaria vai tentar atrair pais de alunos

PAULO DE CAMARGO

A Secretaria de Educação de São Paulo vai lançar, no início de 1992, uma campanha inédita na educação paulista. A campanha publicitária, a ser veiculada por televisão, rádio e outdoors, terá um alvo até agora esquecido — os pais dos estudantes. Com os slogans "Pare de reclamar da escola, vá reclamar na escola" e "Seja você o secretário de Educação da escola de seu filho", a publicidade pretende que a participação e a cobrança dos pais dêem impulso para as reformas que entrarão em vigor no próximo ano.

"Nenhum plano para melhorar a qualidade de ensino dará certo sem a participação da comunidade", atesta o secretário Fernando Morais. O plano preparado por sua equipe traz as mudanças mais profundas na educação dos últimos anos. Hoje, em cada 100 alunos, 16 são reprovados e 11 se evadem, todos os anos.

Expectativa — O projeto aumentou o número de horas diárias de 4 para 5 horas e cria o regime de dedicação exclusiva para os professores (com gratificação de 30%). Além disso, prevê aumentos para docentes que trabalham à noite e na periferia, e multiplicação do investimento em treinamento de professores.

Mas a maior expectativa gira em torno do contrato de gestão — que dá autonomia e recursos para cada unidade escolar. O diretor passa a ser responsável direto pela qualidade do ensino em sua escola, e a receber verba para isso. Essa parte do projeto valerá, em 1992, para 312 escolas. Nesse ponto, para Morais, a participação dos pais exigindo resultados é insubstituível.

A campanha tentará ainda outro recurso para envolver a comunidade. Serão 500 mil exemplares de um gibi destinado ao esclarecimento da faixa mais pobre da população sobre a importância da escola.

Obstáculos — Na avaliação da mãe de aluno Elisa Toreto, a preocupação do secretário Morais é justificada. Elisa coordena um grupo de mães

com filhos na escola pública que se chama Pró-Educação. É o único grupo sem ligações políticas que luta pela melhoria do ensino no Estado.

Segundo ela, os pais "são pegos a laço" para entrar no conselho de escola — a instância oficial de participação da comunidade. "Acham que o governo faz favor de manter a escola e nem sabem que plano é esse", lamenta. Elisa sente ceticismo entre professores e os pais dos estudantes.

O motivo é o mesmo que preocupa pedagogos e alguns técnicos da secretaria. Depois de sucessivos e mal-sucedidos planos tentados no governo anterior — que teve quatro diferentes secretários de Educação —, há descrença quanto a novas tentativas.

"A indignação é geral", sustenta o professor João Felício, do Sindicato dos Profissionais do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). "Nenhum projeto dará certo sem contar com apoio dos professores", argumenta Felício.

Salários baixos — O descrédito da Apeoesp é gerado, em parte, porque não houve melhoras na situação salarial dos professores. Hoje, um professor com formação universitária precisa trabalhar 40 horas de aula por semana para receber Cr\$ 376 mil no final do mês. "O salário está ruim, mas não há condições de dar aumentos agora", afirma Morais.

Parte dos professores teme também que a reforma crie ilhas de exceção. "São muito poucas escolas envolvidas", diz a professora de 1º grau Eliana Soares, de uma escola da Zona Sul da Capital. De acordo com Eliana, acostumados à alquebrada rede pública, os professores custam a acreditar em medidas como a interligação escolar por canais de televisão e satélites, previstas no plano.

Segundo Morais, a concessão de um canal de UHF para a secretaria de Educação é uma necessidade que se explica pelo tamanho da rede pública. Os seis milhões de alunos que estudam nas escolas ultrapassam o número de habitantes do Uruguai.

ESTADO DE SÃO PAULO
* 2 DEZ 1991



Fila para matrícula

Pais e alunos procuram vagas em escola da Zona Oeste: ensino gratuito